



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 212 / JULHO-AGOSTO 2022 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **Pelas Juntas de Freguesia...**
- 6 **Concentração dos Trabalhadores-Jardineiros**
- 7 **Dos Cadernos Reivindicativos dos trabalhadores dos Cemitérios e das Oficinas do DRMM**
- 10 **Lutar vale sempre a pena – Actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade**
- 11 **STML reúne com a DMHU**
- 13 **Pelas bibliotecas e arquivos do município...**
- 18 **Mai e Junho foram meses de luta pelo aumento dos salários**



EDITORIAL

Perante um Governo que teima em **não** responder aos problemas do país e dos portugueses, em especial às reivindicações dos trabalhadores, a resposta de quem vê a vida a regredir de forma acelerada foi imensa nos últimos dois meses, com a certeza que não irá abrandar no futuro imediato.

A luta organizada e massiva foi evidente na manifestação nacional dos trabalhadores do sector público a 20 de Maio, convocada pela Frente Comum, seguindo-se a concentração da CGTP-IN e dos seus sindicatos junto à Assembleia da República a 27 do mesmo mês. Em Junho são incontáveis as lutas nas mais variadas expressões que tiveram lugar de norte a sul do país, culminando a 7 de Julho numa enorme manifestação nacional convocada pela CGTP-IN para Lisboa, integrando os trabalhadores de todos os sectores de actividade, público e privado.

Não é aceitável de maneira alguma, o desdém deste Governo perante a diminuição do poder de compra dos trabalhadores do sector público – em média de **-6,5%** entre Janeiro de 2021 e Janeiro de 2022 (?!), ou seja num período que antecede o início da guerra no leste europeu –, consubstanciando um problema que assumiu logicamente uma dimensão ainda mais negativa nestes últimos meses, indissociável, por exemplo, de um aumento de **31,7%** dos preços da energia só durante o mês de Junho, o mais alto desde Agosto de 1984 (?!), ou os **8,7%** da taxa de inflação neste mês, a maior desde Dezembro de 1992 (?!), segundo os dados publicados pelo INE.

Na realidade concreta do município de Lisboa, não podemos deixar de valorizar os resultados da luta travada em Abril-Maio envolvendo os trabalhadores da limpeza e higiene urbana, permitindo alcançar a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, nos moldes defendidos e reivindicados. Em Agosto os trabalhadores recebam os valores devidos (como acordado).

Não esquecemos ainda, a concentração dos trabalhadores dos Espaços Verdes em inícios de Junho na Praça do Município para a entrega do seu *Caderno Reivindicativo* aos responsáveis da autarquia. Valorizar os trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano que, através de um *abaixo-assinado*, entregue também em Junho à assessora do Presidente, conseguiram, de um dia para o outro, respostas consequentes a muitos dos seus problemas. Também o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores dos cemitérios municipais será entregue ao Presidente da CML, ainda durante o mês de Julho. Com os trabalhadores das Oficinas do DRMM, trabalha-se afincadamente na construção do seu *Caderno Reivindicativo*. No Arquivo Municipal de Lisboa alavancam-se caminhos que procuram dar força à sua reivindicação histórica de um edifício único e digno! Nas Bibliotecas, os trabalhadores e o Sindicato aguardam uma data para começar o processo negocial que procura rever os respectivos horários de trabalho.

Nas Juntas de freguesia, destacar o ACEP celebrado com Campolide. Processos idênticos se esperam a curto prazo com Benfca, Olivais e Parque das Nações. Em Santa Clara, os trabalhadores concentraram-se à porta da sede da Junta a 24 de Junho para entregar o seu *Caderno Reivindicativo* e, em Belém, não se desiste de lutar pelo Direito à negociação.

Nas empresas municipais, o STML avalia com os trabalhadores os melhores caminhos à defesa dos seus direitos, seja no aumento dos salários, respeito pelos acordos de empresa (AE) ou processos negociais visando a obtenção de um AE.

Em todas estas realidades, uma certeza: quando os trabalhadores se responsabilizam e se envolvem na resolução dos seus próprios problemas, organizados naturalmente pelo seu Sindicato, o STML, damos sempre passos largos na direcção que desejamos. E só assim, avançamos na melhoria das nossas condições de vida.



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 212 – JULHO-AGOSTO 2022

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project



Há ainda problemas por resolver na Casa dos Animais de Lisboa

Depois da concentração dos tratadores-apanhadores de animais, afectos à Casa dos Animais de Lisboa (CAL) na Praça do Município em inícios deste ano, onde entregaram aos responsáveis da autarquia um abaixo-assinado com um conjunto de problemas, o STML solicitou esclarecimentos na reunião realizada a 7 de Abril com a nova Directora Municipal, encontro onde também esteve presente a respectiva Chefe de Divisão.

Das informações transmitidas, ficámos a saber que alguns dos problemas tinham sido entretanto solucionados, estando em vias de resolução outras matérias que constavam no referido abaixo-assinado.

A 2 de Junho, o Sindicato voltou a reunir com os trabalhadores, tentando apurar os problemas que ainda persistem. Ficámos assim a saber o seguinte:

- Mantém-se a falta de pessoal, situação agravada com a ausência mais ou menos prolongada de cinco trabalhadores (encontram-se de acidentes), ao qual acresce a saída de mais seis trabalhadores (que passaram a 'arvorado');
- No período nocturno, quando deviam existir três trabalhadores ao serviço, só existem dois, justificando uma sobrecarga de trabalho para os que asseguram o trabalho no período referido;
- Continua a não existir um espaço onde os trabalhadores possam lavar a loiça que utilizam nas suas refeições;
- A nível de instalações, não é respeitado o rácio dos materiais que devem existir nas casas-de-banho (sanitas);
- Há problemas com a rede saneamento, alimentando maus cheiros (não existem sifões);
- Verifica-se a existência de humidades e bolor na zona dos balneários, acrescentando o facto de as janelas não estarem operacionais, impedindo assim a sua abertura;
- A caldeira existente, não tem capacidade suficiente face ao

número de trabalhadores, acontecendo demasiadas vezes os trabalhadores do último turno tomarem banho de água fria;

- Continua a faltar equipamentos de protecção individual, especificamente para as situações que envolvem animais perigosos, problema ao qual acresce a ausência de máscaras com filtro (mais eficazes), de luvas adequadas (as actuais são de fraca qualidade);
- No campo dos meios materiais necessários diariamente, critica-se a má qualidade das mangueiras utilizadas para limpeza e desinfectação dos vários espaços da CAL, além de ainda não se terem revisto os processos (demasiado morosos) para a sua substituição quando inutilizadas ou degradadas.

São estes problemas que justificam uma nova interpelação do STML junto das respectivas hierarquias, sabendo que só resolvendo os problemas dos trabalhadores e das suas condições de trabalho, será possível alicerçar um serviço público de qualidade.

Por último, destacar positivamente a satisfação de uma das principais reivindicações dos trabalhadores tratadores-apanhadores de animais, nomeadamente a sua passagem para o nível máximo do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), isto é, 4,99€/dia. Fruto do acordo alcançado entre o STML e a CML no passado mês de Maio, este conjunto de trabalhadores irá receber no próximo mês de Agosto os retroactivos deste suplemento a Janeiro de 2022, recebendo ainda os retroactivos do mês de férias deste ano em Janeiro de 2023. Neste último ponto, referir que se trata de uma conquista inédita, o pagamento deste suplemento também no período de férias, ou seja, sobre 12 meses.

O Sindicato continuará a acompanhar a realidade dos trabalhadores da CAL, não deixando de exigir em todas as dimensões a resolução dos seus problemas e as respostas às suas reivindicações.



Junta de Freguesia de Santa Clara



Junta de Freguesia de Campolide



Junta de Freguesia de Belém

SANTA CLARA

Os trabalhadores desta freguesia concentraram-se a 24 de Junho à porta da sede da Junta de Freguesia. O objectivo da iniciativa passou por entregar à Presidente do Executivo o **Caderno Reivindicativo**, onde constam um conjunto de problemas aos quais urge dar resposta. Destacamos a urgência da regularização dos trabalhadores a recibos-verdes com a sua integração no mapa de pessoal. Relembramos que a um posto de trabalho de carácter permanente, deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo. Também se exige a atribuição e actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, como a lei determina, além do investimento na melhoria de condições de trabalho, incluindo a aquisição de fardamento em quantidade e qualidade suficientes. Entre muitas outras matérias, exige-se, acima de tudo, o respeito pelo perfil profissional dos trabalhadores de Santa Clara. Uma delegação de Sindicato e Trabalhadores foi recebida pela assessora da Presidente da Junta, tendo reafirmado o STML a urgência de uma reunião de trabalho que procure encontrar respostas aos inúmeros problemas que afectam os trabalhadores da freguesia.

CAMPOLIDE

A 3 de Junho foi celebrado com esta Junta de Freguesia um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP). Das matérias que interessa relevar, **a atribuição de 3 dias de férias para os trabalhadores da freguesia com avaliação positiva** (adequado, relevante ou excelente através do siadap), desde que no ano anterior não tenham tido mais do que uma falta injustificada. Foi

igualmente institucionalizado, e como tal garantido: a atribuição do dia de aniversário; atribuição da tolerância de ponto no dia da doação de sangue; acresce um dia de férias por cada dez anos de serviço; o descanso compensatório pelo trabalho prestado em dia feriado; ou a dispensa por luto para trabalhadores netos e avós, igual aos parentes de 1º grau, e para os tios e sobrinhos, igual aos parentes de 2º grau. O STML continuará a trabalhar para que a realidade alcançada em Campolide, seja também possível para os trabalhadores das restantes freguesias da cidade de Lisboa.

BENFICA

No momento em que escrevemos este artigo, prevê-se para 13 de Julho uma reunião com o Presidente do Executivo. Esperamos que neste dia, fique definitivamente acertada uma data para a celebração de um novo ACEP que permita aos trabalhadores obterem mais 3 dias de férias, entre outros direitos. Por outro lado, outras matérias preocupam o STML, nomeadamente a regularização dos trabalhadores com vínculos precários, em número muito acima do aceitável. Não nos cansamos de afirmar que a um posto de trabalho de carácter permanente deve sempre corresponder um vínculo efectivo.

Considerando que a CML assumiu a 6 de Julho a transferência de verbas para todas as juntas de freguesia, no âmbito dos contratos de delegação de competências (delegação de competências para recolha de resíduos depositados junto de ecopontos e ecoilhas de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões e contratos interadministrativos de cooperação no âmbito da higiene

urbana), deixaram de existir os obstáculos, várias vezes apontados pelo Presidente do Executivo de Benfica, para a abertura de concursos públicos de admissão de pessoal que procurem, de uma vez por todas, resolver a chaga da precariedade que se observa nesta freguesia.

SÃO DOMINGOS DE BENFICA

A 22 de Junho o STML reuniu com os trabalhadores do período diurno da limpeza urbana desta freguesia, contactando igualmente os trabalhadores do período nocturno. Mantêm-se muitos dos problemas que há meses tem vindo a ser denunciados, nomeadamente na ausência de respostas à regularização dos trabalhadores-cantoneiros a recibos-verdes. Por outro lado, a Junta persiste em não querer aplicar o ACEP celebrado com este Sindicato em 2015, concretamente, pela não atribuição dos dias de férias a que os trabalhadores têm direito. O STML irá enviar uma exposição jurídica, procurando, nesta fase, solucionar pela via formal este diferendo. Caso se mantenha a intransigência da Junta, não nos restará outra alternativa que não passe por apresentar uma denúncia junto das entidades e/ou organismos competentes. Paradoxalmente, o Executivo continua a avaliar a proposta enviada no início deste ano para um novo ACEP – destacando a atribuição de 3 dias de férias com avaliação positiva via SIADAP, entre outras matérias.

CAMPO DE OURIQUE

A 12 de Maio, o STML solicitou uma reunião ao Presidente desta Junta de Freguesia. No momento em que escrevemos este artigo ainda não foi possível apurar uma data para a sua concretização. Alguns dos problemas que queremos debater com os responsáveis máximos desta freguesia, prendem-se com os horários de trabalho e o regresso à normalidade defendida pelos respectivos trabalhadores da higiene urbana. Ainda hoje se realizam horários desfasados, implementados durante o contexto de pandemia, e só por esse motivo, aceites excepcionalmente pelo Sindicato e trabalhadores. Por outro lado, o número de trabalhadores-cantoneiros revela-se insuficiente face ao trabalho que é necessário realizar diariamente, sendo, portanto, urgente, o indispensável reforço de pessoal através da abertura de concursos nesse sentido. O STML continuará a questionar o Executivo para o agendamento de uma reunião de trabalho que procure, no essencial, dar resposta às questões suprarreferidas.

BELÉM

Desde Junho de 2021 que os trabalhadores-cantoneiros desta freguesia, organizados pelo STML, lutam por um ACEP que lhes permita obter direitos iguais aos colegas de trabalho de tantas outras freguesias da cidade de Lisboa. Perante um Presidente de Junta incapaz de valorizar e compreender as expectativas e os direitos 'dos seus' trabalhadores, todo um processo reivindicativo tem sido assumido ao longo deste tempo revelando múltiplas expressões. Desde um abaixo-assinado, a um plenário à porta da sede da Junta, a uma manifestação das instalações da Travessa da Saúde à Junta, ou à colagem de cartazes um pouco por toda a freguesia, sensibilizando a população sobre a teimosia incompreensível de um autarca que desvaloriza a legislação em vigor sobre o Direito à negociação, os trabalhadores têm sabido estar à altura das suas responsabilidades. Só com o envolvimento na resolução dos nossos próprios problemas, conseguimos abrir caminho à satisfação das nossas reivindicações. Para os meses de Julho-Agosto, estão já alinhavadas entre trabalhadores e Sindicato, novas formas de luta (denúncia e sensibilização)

que procuram trazer para o espaço público as suas legítimas aspirações. Não baixamos os braços nas razões que nos movem, mais do que justas!

Por último, o STML já fez chegar ao Executivo a sua posição sobre o pagamento dos suplementos de carácter permanente em período de férias, nomeadamente do suplemento nocturno e de insalubridade e penosidade. À semelhança do que já faz a CML, a Junta de Belém pode e deve pagar estes suplementos sobre 12 meses, como a lei permite.

ALCÂNTARA

A 30 de Maio decorreu uma reunião entre o STML e o Executivo, representado pela vogal dos Recursos Humanos. Dos assuntos tratados destacamos a regularização dos trabalhadores com contratos precários e a contratação dos trabalhadores necessários à prestação do serviço público. Por outro lado, também se abordaram os horários de trabalho no balneário municipal e a negociação do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) conforme proposta do STML. Houve abertura da Junta para iniciar um processo de negociação, ficando o Executivo de apresentar uma contra-proposta.

OLIVAIS

A 31 de Maio decorreu uma reunião do STML e STAL com o Executivo desta Junta, representado pelo Vice-Presidente da autarquia. Esta reunião foi solicitada para obter respostas às questões colocadas pelos trabalhadores da Higiene Urbana, expostas previamente através de uma *resolução* entregue ao Executivo. As duas questões prioritárias prendem-se com a resolução do problema envolvendo o estacionamento, junto ao Posto de Limpeza, para além da incapacidade desta instalação em acomodar o actual número de trabalhadores. O Executivo, reconhecendo a necessidade de um Posto de Limpeza alternativo, informou que está previsto uma reunião com a CML, propondo encontrar uma resposta ao problema das instalações. Por outro lado, sobre o estacionamento, a Junta propôs a utilização do Parque anexo ao Cemitério dos Olivais, assegurando o transporte dos trabalhadores nas deslocações deste local até ao Posto de Limpeza (de ida e volta). Contudo, a proposta da Junta não foi aceite pelos trabalhadores. Por último, o STML lembrou a importância em concluir o processo negocial visando a celebração de um novo ACEP.

PARQUE DAS NAÇÕES

Após a última reunião com o Presidente desta Junta de Freguesia, o Sindicato continua a aguardar resposta aos compromissos assumidos pelo Executivo. Relembramos que está em aberto a renegociação de um novo ACEP, além da consideração sobre a contagem do tempo prestado através de contratos de prestação de serviço dos trabalhadores integrados pelo PREVPAP. Por outro lado, espera-se que a Junta abra os concursos necessários à regularização dos trabalhadores com um vínculo precário, sabendo que os trabalhadores dos CAF/Escolas não serão contratados a título definitivo pelo Executivo. Para os responsáveis políticos da Junta, o actual enquadramento funcional neste sector de actividade, não o permite. O STML sublinha, uma vez mais, a sua total discordância sobre este entendimento, defendendo a regularização de todos os trabalhadores que ocupam um posto de trabalho permanente. Por fim, continuaremos a aguardar uma data para a reunião solicitada, na expectativa de debater e solucionar alguns dos assuntos referidos.



Trabalhadores-jardineiros na Praça do Município



Trabalhadores dos Cemitérios Municipais



Trabalhadores das Oficinas do DRMM

Concentração dos trabalhadores-jardineiros na Praça do Município

Nos últimos meses deste ano, o STML foi construindo com os trabalhadores dos espaços verdes o seu Caderno Reivindicativo. Também com eles se decidiu a forma de entrega ao Presidente da CML. Neste sentido, a 1 de Junho, na Praça do Município, teve lugar um plenário-concentração com todos aqueles que quiseram dar força à resolução dos seus próprios problemas, e foram muitos, propondo a entrega do referido documento.

Das reivindicações expressas, destacamos as mais urgentes, nomeadamente a **contratação de pessoal**, respondendo por esta via a um dos grandes problemas deste sector municipal; o **investimento na melhoria de condições de trabalho** em todas as instalações dos Espaços Verdes; a **reactivação da Escola de Jardinagem** ou **aquisição de EPI's de qualidade e em quantidade suficientes** para todos os trabalhadores.

Enquanto decorria a concentração de 1 de Junho, o Vice-presidente da CML compareceu para cumprimentar os trabalhadores e o STML teve oportunidade de lhe transmitir, informalmente, muitos dos problemas que afectam estes profissionais, para além dos caminhos que são necessários traçar com vista à melhoria deste importante serviço público municipal.

Pouco depois, o referido **Caderno Reivindicativo** foi entregue por uma delegação dos trabalhadores e do Sindicato à assessora do Presidente Carlos Moedas, que ficou de avaliar o seu conteúdo.

No dia seguinte, a 2 de Junho, o STML formalizou um pedido de reunião à Direcção Municipal responsável pelos espaços verdes da cidade. No momento em que escrevemos este artigo, aguardamos uma resposta, sabendo que nem o tradicional período de férias em que nos encontramos nos fará adormecer em relação aos assuntos que queremos ver debatidos.

Afirmámos e continuamos a sublinhar que só respeitando os trabalhadores, se garantem serviços públicos de qualidade junto da cidade e da população de Lisboa. A luta dos trabalhadores-jardineiros irá seguramente continuar até que as suas reivindicações sejam plenamente atendidas.

Por último, como transmitido publicamente pelo STML, os trabalhadores-jardineiros irão manter o suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), sem contudo o verem actualizado. O motivo prende-se, como muitas vezes foi referido, pelo conteúdo e o alcance da lei que actualmente enquadra este suplemento. Aprovada em 2021, não incluiu uma série de profissões e sectores de actividade, mesmo perante o alerta dos Sindicatos da CGTP-IN, em particular o STML. A luta junto do Governo, visando o alargamento do SIP e a melhoria dos seus valores, faz parte do horizonte reivindicativo imediato. Um processo que, logicamente, terá na força dos trabalhadores, neste caso dos jardineiros municipais, o motor necessário e indispensável.

Só unidos e organizados, conseguimos avançar!

Os trabalhadores dos Cemitérios Municipais concluíram o seu Caderno Reivindicativo

Entre Maio e Junho debateu-se e foi concluído com os trabalhadores dos cemitérios municipais – coveiros e operacionais dos fornos crematórios – o seu Caderno Reivindicativo. Para o mês de Julho prevê-se a sua entrega ao Presidente da CML, em moldes e data concreta ainda a definir com os Delegados Sindicais do STML deste sector de actividade.

Contudo, algumas questões devem aqui ser sublinhadas que tratam, no essencial, uma realidade deprimida e carente de respostas urgentes por parte dos responsáveis máximos do município.

Em primeiro lugar, a necessidade, diríamos vital, no reforço de pessoal. Sendo um problema transversal a toda a realidade cemiterial, existem cemitérios em particular (Ajuda ou Prazeres) que neste momento não têm coveiros suficientes para acompanhar e tratar um funeral, para além de todas as restantes tarefas diárias que caracterizam as funções de um trabalhador-coveiro. Na ausência de respostas imediatas, no limite, teremos o colapso (privatização?) dos cemitérios municipais no espaço aproximado de 10-15 anos.

É igualmente essencial, avançar com o investimento público na aquisição de materiais, ferramentas e meios mecânicos que melhorem os trabalhos implícitos aos cemitérios, salvaguardando, por um lado, a saúde e integridade física dos respectivos trabalhadores, por outro, garantindo um serviço público de maior qualidade, eficácia e eficiência.

A nível das instalações e condições de trabalho, há a necessidade em avançar com um conjunto de intervenções – obras de

requalificação – que dignifiquem os trabalhadores e respeitem a legislação em vigor sobre saúde, higiene e segurança no trabalho, matéria que na maior parte dos casos tem sido descurada pelos responsáveis municipais que sucessivamente se revezaram à frente do Executivo.

No que concerne aos trabalhadores dos fornos crematórios (Olivais e Alto de São João), defendem um processo negocial com vista à alteração dos seus horários de trabalho, assunto que em tempo oportuno o STML irá iniciar com a CML, nomeadamente com a Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), além da Direcção Municipal responsável pelos cemitérios (DMEVAE).

Por último, sobre a **actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP)**, sublinhar positivamente a resultado alcançado em Maio entre o Sindicato e a CML que prevê o aumento para o valor máximo deste suplemento (4,99€) para todos os coveiros, além do valor médio (4,09€) para os encarregados, estando o pagamento dos retroactivos a Janeiro de 2021 previsto para o próximo mês de Agosto. Outra reivindicação alcançada é também o pagamento no período de férias (o suplemento passa a ser pago durante os 12 meses do ano), com os retroactivos de 2021 e 2022 a serem pagos até Janeiro de 2023. Acrescentar que o STML irá agora avaliar com a DMRH a atribuição deste suplemento a outros trabalhadores dos cemitérios que incompreensivelmente não o auferem, como no caso da Brigada de Obras sediada no cemitério de Carnide.

Com os trabalhadores das Oficinas do DRMM constrói-se o seu Caderno Reivindicativo

Em Junho o Sindicato iniciou com os trabalhadores das oficinas do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM) a construção do seu Caderno Reivindicativo. Muitos foram os problemas levantados, alguns recorrentes.

É de salientar que muitos dos assuntos abordados são do conhecimento da autarquia há vários anos, o que não deixa de nos suscitar preocupações acrescidas perante uma realidade profissional demasiadas vezes esquecida, degradando por esta via a qualidade do serviço público que, directa ou indirectamente, os operários altamente especializados das oficinas do DRMM garantem.

É nestas oficinas que se repara e mantém a frota municipal, tratando-se de viaturas pesadas ou ligeiras, de transportes de materiais ou de passageiros. É neste meio profissional, por exemplo, que se assegura a operacionalização das viaturas pesadas da remoção – da limpeza e higiene urbana – de forma a desempenharem o seu papel essencial perante a cidade e a população de Lisboa.

Contudo, se faltam trabalhadores nas mais variadas especializações – mecânicos, soldadores, bate-chapas, electricistas de automóvel, estofadores, pintores de automóveis, marceneiros; serralheiros, serralheiros mecânicos, torneiros; além dos respectivos encarregados gerais operacionais e encarregados operacionais –, dificilmente se consegue dar resposta à enorme responsabilidade que sobre os ombros destas oficinas recai. Problema acrescido quando faltam materiais, ferramentas e meios mecânicos indispensáveis ao trabalho diário, para além

da formação que um sector profissional desta natureza carece de forma regular, acompanhando neste sentido a permanente evolução tecnológica que tipifica os tempos em que vivemos.

No campo dos fardamentos e equipamentos de protecção individual (EPI), há processos que devem ser melhorados, quer em termos de consulta prévia, envolvendo obrigatoriamente os trabalhadores no processo de testagem e experimentação, quer depois na fase de aquisição, garantindo e respeitando os respectivos prazos de validade dos vários materiais, como na substituição sempre que se verifica a sua degradação.

Por outro lado, muitos são as deficiências a nível das condições de trabalho, que não só deterioram e hipotecam a qualidade do trabalho diário, como negam direitos essenciais a este grupo de mais de cem trabalhadores. Observa-se uma intolerável ausência de manutenção, seja no piso, paredes e tecto das oficinas, como dos sistemas de ventilação e circulação do ar, para além da fraca iluminação que impede o trabalho minucioso que muitas vezes é imperativo realizar. Também se apontam inúmeros problemas e deficiências nas casas-de-banho e nos balneários.

O STML não deixará de criar as dinâmicas necessárias à resolução dos problemas dos trabalhadores das Oficinas do DRMM, sabendo que só com o envolvimento na resolução dos seus próprios problemas, será possível alcançar respostas céleres e sérias às suas reivindicações.

Organizados, unidos e com confiança, avançamos seguramente!



Gebalis

As expectativas dos trabalhadores da Gebalis não interessam minimamente ao Presidente da CML

**EGEAC**

Trabalhadores da EGEAC exigem valorização salarial

Os 400 trabalhadores da EGEAC, bem como o STML, exigem o início do processo de negociação salarial anual, como determina, aliás, o Acordo de Empresa (AE) em vigor.

Em Março, o STML realizou plenários em todos os locais de trabalho da EGEAC, com o objectivo de debater com os trabalhadores a proposta a apresentar ao Conselho de Administração (CA) em termos de aumentos salariais respeitantes ao corrente ano.

Em Abril, o Sindicato enviou ao CA um pedido de reunião com o intuito de proceder à apresentação da proposta em questão. Até à data, não recebemos qualquer resposta à nossa solicitação, frustrando-se, deste modo e mais uma vez, as legítimas expectativas dos trabalhadores da empresa municipal.

Lembramos que a proposta, aprovada em plenário, aponta para um aumento de 90€ para todos os profissionais. Durante os dois últimos anos, em contexto de pandemia, portanto, os trabalhadores da EGEAC nunca deixaram de zelar pelo bom funcionamento da sua empresa. Estes mesmos trabalhadores, contudo, estão agora a ser ignorados pelo CA. Isto quando chegou o momento de serem valorizados ao nível dos seus salários e rendimentos.

O enorme aumento da taxa de inflação sentida nos últimos tempos, levando a uma subida galopante do preço de bens essenciais, torna ainda mais urgente a necessária valorização salarial dos trabalhadores. Ela deveria ser uma prioridade para os administradores, mas, pelos vistos, não é.

Sublinhamos que a vida dos trabalhadores da EGEAC não pode ser determinada por ciclos eleitorais. As questões “éticas ou morais” que supostamente se colocam para não responder aos problemas e reivindicações dos profissionais, são apenas sinónimo de uma grande hipocrisia e cinismo.

Os trabalhadores da GEBALIS concentraram-se, no passado dia 25 de Maio, na Praça do Município, enquanto decorria uma reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Oportunidade para demonstrar o seu desagrado com as políticas salariais da empresa. Foi também com profundo desagrado que soubemos da decisão, por parte da CML, de excluir o STML e o STAL das intervenções na referida reunião.

O STML foi fundado em 1977. Contamos já com 45 anos a representar a maioria dos trabalhadores do Município de Lisboa. Todos os assuntos sobre os quais o nosso sindicato intervém são do superior interesse da cidade, e dos que vivem e trabalham em Lisboa. Assim, ao negar a nossa intervenção, o Presidente da CML negou também a palavra a 240 trabalhadores, ignorando as suas preocupações e reivindicações. O STML lamenta profundamente a postura de Carlos Moedas.

Relembramos que foi o actual Conselho de Administração (CA) da GEBALIS que decidiu não dar uma resposta adequada e aceitável em matéria de aumento salarial para 2022. Foi ainda o mesmo CA que decidiu não cumprir o acordo, alcançado em 2021, com os anteriores gestores. No ano passado, recorde-se, os trabalhadores optaram por dar um voto de confiança à antiga Administração sobre o processo de valorização salarial. Em 2021 o aumento seria de apenas 10 euros, mas, em 2022, teria de haver uma compensação, com um aumento mais substancial. Nada disto aconteceu.

O novo CA recusou fazer o parco aumento salarial relativo ao ano passado. A GEBALIS tem, por isso, uma dívida de 140€ com cada um dos seus trabalhadores.

Confrontados com a posição inamovível da Administração, resolvemos chamar igualmente à responsabilidade o único acionista da empresa municipal: a Câmara de Lisboa.

Os trabalhadores da GEBALIS, através das suas estruturas representativas, o STML e o STAL, decidiram então inscrever-se para fazer uma intervenção na reunião pública, de 29 de Junho, da Câmara lisboeta. Nesse mesmo dia, refira-se, estava igualmente em discussão a atribuição, até 2026, de 40 milhões de euros à GEBALIS, para a manutenção e conservação do património. O que acabou por ser aprovado. Isto perante a presença de elementos do CA da empresa.

O Município de Lisboa detém actualmente cinco empresas locais, sob a forma de sociedades anónimas. São elas a EMEL, EGEAC, GEBALIS, SRU e CARRIS. De acordo com a legislação, os municípios podem desenvolver uma actividade empresarial local, nomeadamente através da criação de Empresas Locais. Antes de 2012, estas empresas denominavam-se empresas municipais.

A EMEL e a CARRIS, que o STML não acompanha, são tuteladas pelo vereador Ângelo Pereira. Por outro lado, a EGEAC, sob a tutela do vereador Diogo Moura, a GEBALIS, sob tutela da vereadora Filipa Roseta e a SRU, sob a tutela da vereadora Joana Almeida, têm o envolvimento do Sindicato na organização, representação e defesa dos respectivos trabalhadores.

A Câmara Municipal de Lisboa tem ainda a participação em outras 12 entidades. Como sucede, por exemplo, com o MARL, que integra o Grupo SIMAB, empresa do Sector Empresarial do Estado que gere e presta serviços de concepção, instalação, dimensionamento, revitalização e modernização de mercados abastecedores e municipais.

O vereador Anacoreta Correia é ainda o responsável pela superintendência patrimonial e financeira relativamente às empresas municipais e entidades nas quais o Município detém participação no respectivo capital social ou equiparado.

Coincidência ou não, os dois sindicatos foram novamente impedidos de realizar a sua intervenção – já tinha acontecido um mês antes. E, mais uma vez, a voz de 240 trabalhadores foi calada.

A CML, ao silenciar os trabalhadores e travar a qualquer custo a intervenção do STML e do STAL revela, sem qualquer dúvida, uma postura antidemocrática e ofensiva dos direitos e liberdades que o Estado português garante.

Nos anteriores mandatos autárquicos, nunca fomos impedidos de intervir nas reuniões públicas da Câmara Municipal de Lisboa. Pelo que o STML voltará a inscrever-se na reunião agendada para o próximo dia 27 de Julho. Iremos avaliar, entretanto, outras formas de luta e denúncia perante a postura assumida pelo Executivo PSD/CDS da CML, liderado por Carlos Moedas.



STML envia proposta de AE à administração da SRU

O STML convocou, no passado dia 27 de Maio, os trabalhadores da SRU para um plenário. Um dos objectivos do encontro era voltar a estabelecer contacto directo com aqueles profissionais e fazer um ponto da situação relativamente ao processo que, desajavelmente, conduzirá ao seu primeiro Acordo de Empresa (AE).

Tratou-se de um plenário muito importante, pois apercebemo-nos que, devido à entrada e saída de trabalhadores nos últimos dois anos, alguns nem sequer conheciam a proposta de AE submetida pelo STML ao Conselho de Administração (CA). A proposta foi assim novamente debatida, tendo-se inclusive acrescentado algumas matérias por sugestão dos trabalhadores.

Do compromisso assumido nesse plenário, o STML enviou dias depois o documento em causa aos novos administradores, nomeados já pelo actual Executivo municipal. Renovou-se, também, o pedido de reunião.

A 8 de Julho, o Sindicato recebeu uma resposta do CA, referindo que estão a analisar atentamente a proposta de AE enviada. Esperamos agora, que a curto-médio prazo, se consiga reunir com a administração para iniciar formal e finalmente o processo negocial em torno do AE.

Recorde-se que o Sindicato apresentou, pela primeira vez, a proposta de Acordo da SRU, debatida e aprovada pelos seus trabalhadores, em Dezembro de 2020. Diversas contingências,

todavia, como as sucessivas alterações na composição da Administração, têm atrasado todo o processo.

Ele terá potencialmente um impacto muito positivo na vida profissional, pessoal e familiar dos profissionais da SRU. Além de servir para defender os interesses, os direitos e as expectativas dos trabalhadores, o AE permitirá, por outro lado, que a SRU alcance de uma forma mais eficaz os objectivos estabelecidos pela sua tutela.



Sindicato reúne com os trabalhadores do MARL

As duas dezenas de trabalhadores do MARL, foram convocadas, no passado dia 28 de Junho, para um plenário geral. Objectivo principal: fazer um ponto da situação relativo ao processo negocial sobre o Acordo de Empresa (AE).

A oportunidade também foi aproveitada pelos trabalhadores para apresentarem as suas dúvidas e pedidos de esclarecimento acerca das mais variadas matérias. Por exemplo, apontaram o procedimento de marcação de férias como um problema que tarda em ser resolvido. Segundo afirmaram os trabalhadores, o mapa em questão e os horários não estão afixados nas instalações, como determina a lei.

Em relação ao processo negocial do AE, recordamos que o Conselho de Administração (CA) informou-nos que, antes de dar início às conversações, estaria à espera da nomeação do secretário de Estado.

Recordamos que na última reunião, os gestores públicos revelaram a intenção de aproveitar a celebração do AE do MARL para harmonizar, em termos de matérias laborais, as empresas do Grupo SIMAB, que gere todos os mercados abastecedores do País e pertence ao Sector Empresarial do Estado.

A falta de recursos humanos, a subida da taxa de inflação, a perda do poder de compra e os parcos aumentos salariais, voltamos a realçar, em nada têm contribuído para a melhoria da vida profissional e pessoal das duas dezenas de trabalhadores da empresa.

O STML está plenamente consciente que tem pela frente um processo negocial longo e complexo. Por isso, reforçamos a nossa determinação em alcançar tão importante instrumento de regulação colectiva, como é o caso do AE.

LUTAR VALE SEMPRE A PENA!

Finalmente actualizado o Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP)!



Desde 2021, o STML exige a actualização do SIP face à regulamentação em vigor nesse ano. Da autarquia houve motivos variados para atrasar esta decisão, nomeadamente a elaboração de um 'relatório técnico', com um crescente descontentamento dos trabalhadores. Daí que, no âmbito dos *Cadernos Reivindicativos* que o STML dinamizou em várias realidades profissionais do município, sobressaiu sempre a actualização do SIP.

Particularmente na higiene urbana, avançaram-se vários plenários, em Abril e Maio, para debater com os trabalhadores os caminhos à defesa dos seus direitos. Decidiu-se, para a noite de 24 de Maio e para a manhã do dia 25 de Maio, concentrações na Praça do Município, onde os trabalhadores exigiram respostas às suas reivindicações. Sem soluções da CML, ponderou-se uma greve para o período de 10 a 14 de Junho.

Na concentração de 25 de Maio, o STML reuniu com o Presidente e Vice-Presidente da CML resultando num **compromisso assinado** que respondia a **todas** as reivindicações em torno do SIP. **A luta dava resultados** e o STML, depois de auscultar os trabalhadores, não avançou com o pré-aviso de greve para os santos populares. Relembramos a acta celebrada entre o STML e a CML.

- **Actualização do SIP para 4,99€, com retroactivos a Janeiro de 2021 e pagamento até Agosto deste ano;**
- **Pagamento do SIP em 12 meses, incluindo o período de férias;**
- **Pagamento dos retroactivos do SIP aos meses de férias de 2021 e 2022, até Janeiro de 2023.**

Reafirmamos que a mobilização dos trabalhadores da limpeza urbana, associada a uma efectiva disponibilidade para aprofundar a luta foi determinante à obtenção de respostas positivas às suas reivindicações.

Destacamos a actualização para o nível máximo do SIP (4,99€) para Cantoneiros e Condutores (CMPVE), pessoal operacional das Oficinas do DRMM, Tratadores-Apanhadores de animais (afetos à CAL), Coveiros, Limpa-Coletores e Asfaltadores. Também a actualização para o nível médio (4,09€) dos Encarregados Gerais Operacionais e Encarregados Operacionais destes sectores profissionais.

Para a actualização do SIP foi elaborada uma proposta do Executivo [nº352/2022] sujeita a votação a 29 de Junho em reunião de câmara aprovada por unanimidade! **A CML cumpriu face ao acordado com o STML e, em Agosto, os trabalhadores receberão os valores devidos. Lutar vale a pena, não nos cansamos de o afirmar!**

Este suplemento foi instituído em 1987, resultado da luta dos trabalhadores dos sectores operacionais, destacando os trabalhadores das oficinas do DRMM e da limpeza urbana. Porém, outras profissões há muito que o recebem, nomeadamente os calceteiros ou os jardineiros. A CML assumiu com o STML a manutenção do SIP destes trabalhadores pelos valores actualmente auferidos (a nova regulamentação, da Assembleia da República, não os incluiu).

A prioridade para estes e outros trabalhadores (por exemplo os eletricitistas do DIP e do DIEM), deverá passar pelo decorrer da luta com o STML, junto do Governo, reivindicando o alargamento da atribuição do SIP e a sua actualização para valores dignos, repondo justiça e igualdade. É o compromisso do Sindicato, apelando ao envolvimento e responsabilização dos trabalhadores na resolução dos seus problemas. Só assim podemos avançar!

Perante o acordado entre o STML e a CML, e assumido definitivamente a 29 de Junho pela autarquia, sintetizamos:

Sector Profissional	Categoria	Nível SIP	Valor/dia
Limpeza Urbana	Cantoneiro	Máximo	4,99€
	CMPVE	Máximo	4,99€
Oficinas DRMM (apoio à Limpeza Urbana)	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€
	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€
Saneamento	Limpa-coletores	Máximo	4,99€
	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€
Cemitérios	Coveiros	Máximo	4,99€
	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€
Casa dos Animais de Lisboa*	Tratadores-apanhadores	Máximo	4,99€
	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€
Asfaltamento de Rodovias*	Asfaltadores	Máximo	4,99€
	Encarregado (EGO e EO)	Médio	4,09€

*O pagamento a estes trabalhadores tem como referência o mês de Janeiro de 2022, quando entrou em vigor a regulamentação.

A 8 de Julho, o STML reuniu com a Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU)

A entrega do Caderno Reivindicativo ao Presidente e Vice-presidente da CML a 25 de Maio motivou uma reunião para debater os seus conteúdos com os responsáveis hierárquicos da DMHU. A reunião ocorreu a 8 de Julho, envolvendo ainda a Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH). Resumimos alguns dos principais assuntos

O STML voltou a referir as **disparidades entre os trabalhadores-cantoneiros do período nocturno e diurno**, no trabalho aos dias-feriado, estando estes últimos a ser prejudicados. Interessa, permitir que todos tenham **positivamente** os mesmos direitos. Ficaram ambas as direcções municipais de avaliar e procurar resolver este problema.

Sobre a carência de pessoal que, provoca sobrecargas de trabalho nos trabalhadores, alertámos para a necessidade de antecipar um plano de contratação de pessoal que evite os problemas que se constatarem. A DMHU referiu o reforço em Julho de 160 cantoneiros (inclui candidatos da reserva de recrutamento do concurso iniciado em 2021) e de 30 condutores. São números ainda abaixo das reais necessidades! O Sindicato lembrou que em 2014, a CML perdeu 815 trabalhadores da higiene urbana (cantoneiros e encarregados), transferidos compulsivamente para juntas de freguesia. Desde 2014, contrataram-se cerca de 664 cantoneiros para a CML. Há, portanto, um défice bastante significativo.

Este problema revela contornos mais negativos considerando os trabalhadores que se reformam, os que saem em mobilidade para outros serviços ou aqueles que, fruto de acidentes de trabalho (número crescente face à pressão que se sente no sector), não se encontram totalmente aptos.

Para além da falta de pessoal, verificam-se **avarias sistemáticas com as viaturas afectas à remoção**, que incapacitam um con-

junto de meios. A DMHU/DRMM apontou como uma das causas, a mudança dos trabalhos que se realizam na ValorSul, transferidos pontualmente de Abril a inícios de Julho para o Mato da Cruz em Alverca. Com um trajecto mais longo e uma recta final de forte inclinação, as viaturas revelaram problemas mecânicos de diversa ordem. O STML referiu a importância de reforçar o número de viaturas, antecipando os imponderáveis diários.

Voltou-se a referir o problema da **recolha em espaços privados**, que desrespeita o Regulamento Municipal. Observam-se negativamente, sobretudo nos Olivais e Parque das Nações, tentativas de coagir trabalhadores para assumirem tarefas ilegais. A DMHU referiu desconhecer o problema, convicta da sua resolução em Abril-Maio, como acordado com o STML. Ficaram de repôr a normalidade, entenda-se a legalidade.

O Sindicato sublinhou a importância das vias de comunicação com os responsáveis pela definição dos **circuitos de remoção**, corrigindo os desequilíbrios conhecidos e já identificados. A DMHU aceitou a proposta e serão agilizados os procedimentos neste sentido.

No âmbito das **intervenções e melhorias urgentes nas instalações municipais** da higiene urbana, discriminadas no *Caderno Reivindicativo* entregue pelo Sindicato, foi-nos transmitido o seguinte:

- **COR** – para breve a substituição das torneiras dos chuveiros (10) que impedem a sua utilização e a reparação de outros materiais danificados ou inoperacionais;
- **NOR** – os problemas descritos são conhecidos, cuja resolução depende da chegada dos materiais encomendados;
- **UHU Telheiras** – fase final do processo burocrático para iniciar o alargamento das instalações com a construção de dois pavilhões;
- **UHU Filipe da Mata** – considerando os problemas com as “sapatas” do viaduto, prevêem-se, talvez ainda este ano, obras que poderão alterar (a título temporário) a disposição dos espaços de trabalho;
- **UHU Olivais** – equaciona-se substituir ainda este ano a caldeira que não responde com a eficiência exigida;
- **UHU Boavista** – conclusão dos melhoramentos no balneário feminino e, a médio prazo, possibilidade de alargar o espaço disponível para os trabalhadores;
- **UHU Restelo** – ainda este ano devem estar concluídas as novas instalações, que terão maior capacidade para albergar pessoal.

O STML acrescentou que, a chegada de trabalhadores para a limpeza urbana, obriga a DMHU a alargar ou criar instalações para os acolher dignamente, respeitando os seus direitos no campo da saúde, higiene e segurança no trabalho.

Outro assunto foram os problemas dos **trabalhadores acidentados, indissociável do funcionamento da Medicina do Trabalho**. A DMRH afirmou estarem a preparar uma reunião com os responsáveis da DSHS, a DMHU e o Director Clínico da Medicina do Trabalho para avaliar soluções que superem os constrangimentos conhecidos.

Voltou-se a abordar a prática dos **“castigos informais”** assentes na intimidação e chantagem dos trabalhadores, negando quando o “chefe” quer, partes do rendimento (como a realização de trabalho suplementar ou a atribuição do SIP). O Sindicato não aceita estas posturas e tudo fará para as contrariar. A DMHU solicitou ao Sindicato que estas possam ser transmitidas no imediato para apuramento e correcção dos factos, prática que o STML assume e, mesmo assim...

Por último, assumiu-se retomar as reuniões regulares na Divisão de Limpeza Urbana, onde as questões diárias dos trabalhadores e deste serviço possam ser debatidas e solucionadas com maior agilidade.

Pelas áreas de trabalho técnicas e administrativas do município...

Como já têm vindo a ser habitual nos últimos meses, o STML insiste em manter o contacto junto das áreas de teor técnico e administrativo da CML. Assim, das mais recentes visitas, nomeadamente ao edifício do Campo Grande, Serviço Municipal de Proteção Civil ou Julgados de Paz, entre outros, pode-se aferir que, independentemente das questões transversais a todos os trabalhadores do município, existem outras que marcam pela negativa a realidade destes trabalhadores em particular.

A título de exemplo, a caso dos trabalhadores dos Julgados de Paz, com condições de trabalho que falham em inúmeras dimensões no campo da saúde, higiene e segurança no trabalho. O STML está a trabalhar num relatório que oportunamente fará chegar à CML procurando encontrar respostas e soluções aos problemas identificados.

Por outro lado, como referimos em especial aos trabalhadores do Urbanismo (visita de 22 de Junho ao Campo Grande), reafirmamos a questão do pagamento às Ordens Profissionais por parte da CML. Se neste momento, a autarquia estuda supostamente o universo dos trabalhadores a considerar, da parte do STML sublinhamos que o sucedido este ano não se pode verificar em 2023, ou seja, os trabalhadores em causa, não podem voltar a suportar o pagamento às respectivas Ordens, trate-se de arquitetos, engenheiros, psicólogos, enfermeiros, entre outros.

Indissociável das questões sectoriais, o congelamento há mais de 13 anos do salário da carreira de técnico superior, numa situação incompreensível e naturalmente muito sentida pelos trabalhadores.

O STML continuará a acompanhar as realidades técnicas e administrativas do município, procurando conhecer os problemas concretos dos seus trabalhadores. Só assim, será possível intervir junto dos responsáveis municipais no sentido de obter respostas e soluções.

Publicado em Boletim Municipal a 'adenda' que passa a enquadrar o teletrabalho

Em Março deste ano, o STML apresentou as suas considerações à DMRH sobre a proposta de 'adenda' em torno da definição e enquadramento do teletrabalho. Da parte do Sindicato, nada mais havia a registar, focando-se agora nos esclarecimentos junto dos trabalhadores que demonstravam interesse em optar por esta forma de organizar o seu trabalho.

Passados quase três meses e meio desde o término do processo negocial entre o STML e a DMRH damos nota da publicação em Boletim Municipal de 30 de Junho da referida 'adenda', estando assim disponível para os trabalhadores interessados.

Sublinhamos por último, que o teletrabalho será sempre em regime misto (à distância e em termos presenciais), com um prazo de seis meses, sendo sempre possível reverter esta situação no espaço de 15 dias antes do seu término. A aceitação do teletrabalho, logicamente dependerá sempre da autorização da respectiva hierarquia. Caso os trabalhadores tenham alguma dúvida sobre o teor da 'adenda', não hesitem em contactar o STML pelos meios habituais.



Entrega do abaixo-assinado na praça do município pelos trabalhadores da Alexandre Herculano, dia 1 de Junho

Abaixo-assinado subscrito pela imensa maioria dos trabalhadores do edifício municipal da rua Alexandre Herculano

Durante o mês de Maio desenvolveu-se no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano a recolha de um **abaixo-assinado** onde se expõem os inúmeros problemas envolvendo o acesso, o funcionamento e a qualidade das refeições fornecidas no refeitório municipal instalado no 8º piso deste local de trabalho.

O referido **abaixo-assinado teve a concordância de 146 trabalhadores**, revelando uma posição maioritária e muito expressiva sobre os problemas que existem e os caminhos que devem ser assumidos pela CML visando a sua resolução.

No dia 1 de Junho, nos Paços do Concelho, uma delegação composta por trabalhadores e Dirigentes do Sindicato, entregou o **abaixo-assinado** à Assessora do Presidente Carlos Moedas. Assumiu a Assessora um conjunto de compromissos que procuravam no imediato resolver alguns dos problemas referidos.

Nos dias seguintes, foram assumidos um conjunto de decisões que foram de encontro às reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente num maior controlo no acesso ao edifício e em particular ao refeitório, mas também na eliminação dos obstáculos físicos no interior do refeitório (colocados no âmbito da pandemia) que tornavam demasiado moroso o processo de atendimento, dificultando o cumprimento pelos trabalhadores do seu horário pré-determinado de almoço.

Pelos resultados alcançados num curtíssimo espaço de tempo, consequência em exclusivo da organização dos trabalhadores com o seu Sindicato, concretamente na dinamização de um simples abaixo-assinado, foi possível resolver alguns dos problemas que nos últimos meses os transtornavam. A importância em não ceder à passividade ou ao conformismo, optando por lutar de forma organizada, demonstra uma vez mais ser o caminho mais consequente à resolução dos problemas de quem trabalha, neste caso concreto, no edifício municipal da Rua Alexandre Herculano. A todos os trabalhadores deste local de trabalho, o STML deixa uma forte saudação!

Por último, como então sublinhamos em termos mais estruturais, muitos dos problemas que ainda envolvem os refeitórios municipais, agravados nos últimos anos com a passagem da sua gestão para os Serviços Sociais da CML (SSCML), podem ser definitivamente solucionados caso o Executivo inverta a decisão que os conduziu para a alçada de uma entidade externa à autarquia. Relembramos e defendemos que os refeitórios municipais são parte inalienável da responsabilidade e obrigação social que a CML tem para com os seus trabalhadores, deve por isso ser a autarquia a gerir directamente os refeitórios municipais, sem esquecer ainda os jardins-de-infância.



Pelas bibliotecas e arquivos do município...

Urge um Edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa!

A 10 de Março, o STML realizou nas instalações do Bairro da Liberdade um plenário com os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa. Foi evidente nesse momento a vontade dos trabalhadores em não deixar esmorecer a luta que se trava desde 2017 sobre a urgência por um edifício único e digno. A 6 de Maio, esta reivindicação foi claramente expressa na reunião com o Vereador da Cultura, Diogo Moura. Da parte do responsável máximo do Pelouro da Cultura, foram timidamente apontadas algumas possibilidades, deixando para o fim do ano uma resposta sobre a solução definitiva para a localização futura do Arquivo. Subentendido, a ideia de deixar cair a hipótese alavancada pelo anterior Executivo Municipal em torno do Convento de Chelas. Aparentemente, a solução poderá passar pela reabilitação de um edifício propriedade do município ou pela construção de um edifício de raiz.

Contudo, perante o futuro incerto que no essencial revelou o Vereador Diogo Moura, assente nas prioridades que por vezes correm ao sabor do vento, sejam elas de ordem financeira ou simples prioridades políticas, a 29 de Junho o STML realizou nova reunião com os trabalhadores do Arquivo Municipal procurando delinear uma estratégia que mantenha na 'ordem do dia' a reivindicação por um edifício único e digno, integrando as suas várias valências. O caminho foi traçado, cabendo agora ao Sindicato, sempre com os trabalhadores, dar força a uma reivindicação há muito assumida como prioritária.

Cabe, portanto, à CML definir como política prioritária uma solução concreta que permita efetivamente garantir e preservar a identidade e a memória histórico-cultural da cidade de Lisboa, para o presente e para o futuro, enquanto uma das mais importantes e antigas capitais da Europa.

Por último, não podemos deixar de saudar os trabalhadores do Arquivo que no dia 7 de Julho, na manifestação nacional convocada pela CGTP-IN, levaram para as ruas e avenidas de Lisboa a reivindicação que a própria cidade há muito também defende: **um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa!**

Horários de Trabalho na Rede de Bibliotecas

Depois do referendo realizado a 4 de Maio sobre os horários de trabalho, com 90,8% dos trabalhadores a defender o horário de segunda a sexta-feira, o STML solicitou formalmente a 18 de Maio uma reunião de negociação sobre esta matéria junto da Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e da Direção Municipal da Cultura (DMC). No fim da primeira quinzena de Junho, contactou-se a DMRH propositando saber para quando a reunião requerida. Afirmaram nessa altura, estar em análise o processo envolvendo os horários de trabalho na rede de bibliotecas.

O STML não deixará de insistir com os responsáveis municipais sobre o direito dos trabalhadores das bibliotecas à conciliação entre a sua vida profissional e a vida pessoal e familiar. Temos consciência que a mudança de horários de trabalho revela um grau relativo de complexidade. Da parte da CML, se de facto respeita os seus trabalhadores, como ultimamente não se cansa de afirmar o Presidente Carlos Moedas, deve no menor espaço de tempo possível, iniciar o processo de diálogo e negociação com o STML no intuito de responder às pretensões dos profissionais das bibliotecas municipais. Outro caminho que não este será sinónimo de hipocrisia e profundo cinismo.



Sobre os problemas, preocupações e expectativas dos Bombeiros Sapadores

A 5 de Julho, o STML reuniu com a CML, representada pelo seu Vice-Presidente. Nesta reunião, marcaram também presença o responsável hierárquico da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e o Comandante do RSB. Dos assuntos abordados, destacamos, em síntese, o seguinte.

Concurso de Ingresso – referiu a CML que, após a conclusão dos exames médicos aos candidatos, estarão reunidas as condições para que, a 6 de Setembro de 2022, se inicie a recruta.

Equipamentos de protecção individual (EPI), urbanos e florestais – sobre este tópico, é do conhecimento geral que os actuais EPI para operar em contexto urbano, apresentam um sério problema ao nível do forro (este não dá a devida passagem do suor para o exterior), situação que pode constituir-se um grave problema de saúde, segurança e bem-estar para os profissionais que o usam num quadro de elevadas temperaturas. Infelizmente, foi uma vez mais transmitido pelo Comandante, que o RSB ainda aguarda por uma peritagem de uma empresa especializada. Foi solicitado ao Comandante acesso ao parecer, assim que estiver na posse do RSB, visto este assunto ser do superior interesse dos bombeiros. Sobre os EPI florestais, o Comandante argumentou que não é possível avançar para a aquisição de novos uma vez que existem constrangimentos orçamentais.

Gozo de folga em contexto de formação – O Comandante reforçou que tinha dado as indicações às chefias do RSB para que os bombeiros quando frequentam formação, onde esta é superior a um dia, devem ter o dia antes ou depois de serviço, a ser gozado como folga. No entanto, o STML reiterou a necessidade de corrigir a 'ordem de serviço' onde constava precisamente o con-

trário, isto a fim de evitar mal entendidos entre trabalhadores.

Provas Físicas – constituindo-se actualmente um dos temas mais controversos no RSB, o STML assegurou junto do Vice-presidente o adiar a implementação das novas provas físicas por um alargado conjunto de razões, mantendo-se o *Teste Cooper* como modelo de avaliação física, ficando, como imperativo, a necessidade deste tema ser discutido entre o Comandante e o STML em futuras reuniões, aliás, recomendação acompanhada pelo Vice-Presidente.

Obras nos Quartéis – o Sindicato voltou a insistir na necessidade de obras em grande parte dos quartéis do RSB. Desde a última reunião, o único avanço que se viu foi o início das obras no quartel da Defensores de Chaves. À margem deste caso, o Comandante reitera sempre uma série de promessas que têm sido adiadas de reunião em reunião, mantendo-se e as condições deploráveis dos quartéis, prejudicando, logicamente, os trabalhadores.

Promoções para Subchefe Principal e Subchefe de 1.ª Classe – relativamente aos concursos de promoção, foi o STML informado que prevêem ter o concurso para Subchefe Principal concluído em Setembro. Ainda assim, não foram apontadas datas para a publicação das notas. Em relação ao concurso para subchefe de 1.ª classe, pretendem este ano dar início à formação necessária. O STML continuará a acompanhar os bombeiros sapadores, defendendo os seus direitos e expectativas, sublinhando que só através do seu envolvimento na resolução dos seus próprios problemas, será possível alavancar caminhos consequentes nesse sentido.



MURPI

44 anos de luta – 10º Congresso

O MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, a maior e mais antiga organização do nosso país neste âmbito, acaba de cumprir 44 anos de vida e de luta. Foi também no mesmo mês, a 14 de Junho, que realizou o seu 10º Congresso, sob o lema «MURPI, força de Abril – Agir na defesa dos reformados, consolidar o Movimento Associativo».

Recordemos que o MURPI é uma organização cívica não-governamental, e sem fins lucrativos, que agrega associações e outras organizações de e para reformados, pensionistas e idosos, dispersas pelo território nacional. Ao longo de décadas, muitas têm sido as acções e lutas desenvolvidas em convergência fraterna entre o MURPI e a Inter-Reformados da CGTP-IN, a última das quais foi uma acção nacional descentralizada realizada em 10 de Maio de 2022, em que a nossa Comissão de Reformados esteve representada.

Os trabalhos do Congresso decorreram no Fórum Luísa Todi, em Setúbal, tendo participado 234 delegados e 118 convidados, de todo o País. Da ordem de trabalhos constava o balanço do mandato de 2018/2021, a eleição de novos Órgãos Sociais e a aprovação do Programa de Acção para 2022/2025.

Casimiro de Menezes, presidente da Confederação, fez um balanço dos 44 anos de vida da organização, tendo-se focado, em seguida, nas actividades mais relevantes desenvolvidas no mandato que agora terminou.

Entre os temas abordados, destacou-se o empobrecimento desta camada social, em resultado do baixo valor das pensões que, depois de uma tímida recuperação após 2016, vem regredindo nos últimos anos, desde o anterior ao actual Governo PS. As pensões têm sido actualizadas de acordo com um modelo que considera apenas a taxa de inflação (sem habitação) e o desenvolvimento económico do país, não tendo permitido um reforço

efectivo do poder de compra, mesmo considerando os aumentos extraordinários de 10€ que só abrangeram as pensões mais baixas. Situação agravada pelo aumento imparável do custo de vida, agora justificado, alegadamente, pela emergência da guerra. Sem que o governo tenha tomado as medidas extraordinárias de controlo e compensação que se impunham, para contrariar os efeitos perversos das sanções e da especulação financeira.

Assim, **em 2020, o valor da pensão média de velhice era de pouco mais de 450€ mensais, enquanto a de invalidez era de cerca de 390€ e a de sobrevivência de aproximadamente 230€.** Indicadores bem demonstrativos da situação de pobreza em que sobrevivem grande parte dos nossos idosos.

Entre as reivindicações apresentadas, **exige-se um aumento extraordinário de 4% e de, pelo menos, 20€ em todas as pensões; a reposição da idade de reforma aos 65 anos; a atribuição de médico e de enfermeiro de família a todos os utentes; a criação de uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade.**

No Programa de Acção aprovado, o MURPI propõe-se dinamizar a realização de seminários, palestras, debates, tribunais públicas, desfiles de rua, que afirmem os valores e direitos dos idosos e contribuam para a sua unidade.

Foi também aprovada por unanimidade a moção «Paz sim! Guerra e corrida aos armamentos não!», em que se apela às autoridades portuguesas para que «não contribuam para a escalada de confrontação e de guerra – no Leste da Europa, como no resto do mundo».

Foram eleitos os corpos sociais para o novo mandato de 2022 a 2025. Isabel Gomes é a nova presidente da Direcção e Casimiro de Menezes assume agora a função de presidente da Assembleia Geral.

Frente Comum reúne com o Governo...



A 8 de Junho decorreu uma reunião entre o Governo, representado pela Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP), Inês Ramires e a Frente Comum, que o STML integra. A reunião agendada pelo Governo teve como ordem de trabalhos a entrada nas carreiras de Assistente Técnico (AT) e de Técnico Superior (TS), valorização em função da habilitação académica, grau de doutoramento e recrutamento e selecção.

A SEAP começou por apresentar a proposta de alteração aos níveis remuneratórios de entrada nas carreiras de AT e TS. Nesta última, para os trabalhadores com grau de Doutoramento, referindo que o processo negocial que agora se inicia, é visto pelo Governo tendo como horizonte toda a legislatura. Referiu que a proposta em discussão visa a valorização das qualificações académicas e tem, também, como objectivo, garantir a atractividade da Administração Pública.

Perante a apresentação das propostas referidas na *ordem de trabalhos*, a Frente Comum começou por reafirmar a necessidade de aumentos salariais para todos os trabalhadores, no imediato, e a exigência de um calendário negocial para discutir as matérias que identifica como prioritárias: salários, SIADAP, TRU e carreiras. Sobre as propostas agora conhecidas, elas são insuficientes e não respondem às necessidades dos trabalhadores, não procedem à necessária revisão da TRU, nem garantem a atractividade das carreiras por serem manifestamente insuficientes. Exigiu-se ainda a garantia de que, a concretizar-se, esta alteração remuneratória não poderá pôr em causa os pontos adquiridos via avaliação de desempenho.

A Secretária de Estado prosseguiu apresentando as linhas gerais da alteração à portaria que define actualmente os trâmites dos procedimentos concursais, pretendendo-se a sua simplificação. Sobre esta matéria a Frente Comum afirmou a concordância, desde que assegurados todos os direitos dos trabalhadores.

A 29 de Junho, decorreu nova reunião, concretizando o Governo as propostas apresentadas na anterior reunião.

Relativamente à valorização dos AT, o Governo estabelece a entrada na carreira pelo **nível 6** (757,01€) da Tabela Remuneratória Única (TRU), o que significa o avanço de um nível remuneratório no ingresso da carreira e uma diferença de 47,55€ em relação ao valor actual. Em relação à carreira de TS, verifica-se igualmente o avanço de um nível remuneratório, sendo a entrada agora prevista para os níveis 12 (1.059,59€) e 16 (1.268,04€) correspondendo a cerca de 52,10€ de diferença face aos valores actuais.

Em relação aos trabalhadores da carreira de TS, com titularidade de “Doutoramento”, o Governo veio propôr que o ingresso passe a ser feito na 4ª posição remuneratória (1.632,82€), sendo que os TS detentores deste grau, que já se encontrem nesta posição remuneratória, passam para a 5ª posição (1.841,26€).

Referir que dentro da realidade do município de Lisboa, observamos através do **Balanço Social da CML de 2021**, que de um total de 9.786 trabalhadores, apenas 16 são doutorados. Ou seja, 0,16%! Percebe-se facilmente por este exemplo, o alcance da vontade do Governo.

As alterações que o Governo vem agora apresentar, apenas dos níveis remuneratórios de entrada nas carreiras de Assistente Técnico, com efeitos previstos a Janeiro deste ano, e de Técnico Superior e Doutorados, apenas em 2023, para além de manifestamente insuficientes, não dão resposta à necessidade de um aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, ficando aquém da reposição do poder de compra perdido e, também grave, alteram para pior a evolução nas carreiras. Não podemos afirmar, portanto, que se trata da revisão que urge assumir da Tabela Remuneratória Única.

Para o ministro Medina, o povo pode empobrecer e o capital pode sempre engordar

A conversa é sempre a mesma, e cheira ao bafio de tantos anos em bocas de ministros: “o caminho tem de ser de contas certas”, dizem. Para não destoar, o ministro Fernando Medina apresentou o primeiro Orçamento do Estado deste governo PS e, invariavelmente, lá usou o chavão para acalmar as expectativas quanto a medidas que ajudem a mitigar os efeitos de uma pandemia, de uma guerra e da inflação galopante que, dia após dia, retira rendimentos aos trabalhadores.

Num mundo mais justo, mais igualitário e solidário, os tempos extraordinários que vivemos mereceriam medidas igualmente extraordinárias e absolutamente consequentes para proteger a generalidade dos povos e dos trabalhadores na Europa. Mas, como sempre, as ondas de choque da pandemia mundial e da guerra na Ucrânia estão a ser tratadas pelos burocratas não eleitos das cúpulas de poder na União Europeia e pelos governos de cada estado membro com receituários de austeridade (por ora disfarçada) que mais não fazem do que projetar as taxas de inflação para níveis há muito desconhecidos dos europeus. Desengane-se quem achar o contrário: tudo isto é a tempestade perfeita para o declínio económico da Europa que está, desenfreadamente, em marcha.

A contra gosto, o ex-Presidente da CML, agora ministro das finanças do governo de António Costa, Fernando Medina, foi forçado a admitir, há mais de um mês, perante a Assembleia da República que, dado o cenário macroeconómico e a crise instalada, não poderia garantir que as pessoas não viessem a sofrer de “diminuição do poder de compra”. E, como “europeísta” bem-mandado, alicerçou o OE no tal chavão das “contas certas”, projetando o défice orçamental em 1,9% do PIB. Ou seja, em tempos extraordinários, Medina opta por receitas antigas atingindo, como é óbvio, os trabalhadores e os seus rendimentos.

Porque não basta dizer que as ditas “contas certas” são o “escudo protetor do país face à instabilidade internacional”, ou tentar mascarar o OE “de esquerda” quando, admitem os próprios partidos da direita, o documento comporta um conjunto de medidas de austeridade que o alinham com o receituário típico do PSD. Ao anunciar um conjunto de medidas espúrias que Medina diz ser de “esquerda”, o governo do PS mostra com clareza a sua opção de empobrecer a generalidade dos trabalhadores e beneficiar o grande capital. Exemplos das opções inscritas neste OE, ou já deixadas bem evidentes pelo actual governo e a maioria (absoluta) PS na Assembleia da República, passam pelo caos no SNS ou pela escalada de preços dos combustíveis.

Repare-se como ao desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, o PS responde com paliativos que simplesmente podem mitigar a via de destruição que prosseguiram, durante largos anos de mãos dadas com o PSD e o defunto CDS, de uma das mais importantes conquistas de Abril. Quanto aos preços dos combustíveis (principal motor da espiral inflacionista), o PS recusa medidas de controlo de preços e quem engorda os seus lucros são as petrolíferas que, mesmo com reduções na carga fiscal, não a espelham no preço de venda.

Para concluir, os salários. Costa enche a boca a falar na urgência e na necessidade de aumentos, chegando mesmo a dizer que a remuneração média em Portugal deveria crescer qualquer coisa como 20%. Contudo, na administração pública, o governo recusa ir este ano além dos 0,9% já aplicados. E de contradição em contradição, cada vez mais empobrecidos, lá vão os trabalhadores sentindo no bolso e na pele os rendimentos cada vez mais parcos para tanto mês.



As lutas c

Milhares de trabalhadores concentraram-se junto à AR a 27 de Maio

Duas concentrações de trabalhadores, no Rossio e outra na Estrela, deram corpo e força à manifestação convocada pela CGTP-IN que desembocou na Assembleia da República (AR) no dia em que se votou a proposta do Governo para a Lei do Orçamento do Estado deste ano.

Conhecidas as intenções do Governo PS em ignorar as principais reivindicações dos trabalhadores, em especial os da administração pública, a luta saiu à rua uma vez mais numa expressão inequívoca de insatisfação e protesto.

Perante um agudizar dos problemas socioeconómicos da imensa maioria dos portugueses, em particular os que dependem exclusivamente do seu trabalho, não é aceitável em dimensão alguma, que o actual Governo de António Costa opte por desvalorizar, para não dizer mais, as crescentes dificuldades que se vivem de norte a sul do país.

São milhares de trabalhadores que empobrecem a trabalhar! É cada vez maior o número daqueles que demonstram incapacidade em fazer face ao aumento de custo de vida, motivada pela especulação que se criou em torno do preço dos bens essenciais ou das rendas, dos combustíveis ou da energia em geral [só em Junho, os preços da energia aumentaram 31,7%, a maior subida desde Agosto de 1984], num problema acrescido pela recusa do Governo em assumir medidas que coloquem um travão a este 'estado de coisas'.

Aliás, ao aumento geral e intercalar dos salários, uma urgência nacional, como muitas vezes refere e reivindica a CGTP-IN e os seus Sindicatos, o Governo prefere apenas canalizar verbas para o esforço de guerra ou para ajudas financeiras, directas ou indirectas, às grandes empresas e grupos económicos, contribuindo, aqui sim directamente, para o aumento dos seus lucros, já por si só escandalosos, pelo que se conhece publicamente face ao contexto em que todos nos encontramos. Há de facto quem enriqueça à conta de todos, principalmente em conjunturas de crise, seja ela decorrente de uma pandemia, de uma crise ener-

gética ou de uma guerra. Não há como disfarçar o oportunismo, o cinismo e a hipocrisia de quem lucra à conta do bem-estar, da saúde ou da vida de muitos.

Como foi sublinhado no fim desta jornada de luta pela Secretária-Geral da CGTP-IN, Junho será um mês para aprofundar o caminho que exige respostas e soluções aos problemas dos trabalhadores, seja do sector privado ou público. Dos problemas concretos sentidos nas empresas, serviços ou locais de trabalho, à luta mais geral por melhores condições de vida, os trabalhadores saberão com os seus sindicatos organizar e canalizar os seus esforços para a defesa dos seus direitos, rendimentos e interesses. No município de Lisboa, essa responsabilidade envolve logicamente o STML e os trabalhadores que legitimamente representa, que por sua vez deverão estar envolvidos na resolução dos seus próprios problemas, como muitas vezes afirmamos. Outro caminho que não este será criar falsas expectativas.

Protesto junto do Ministério das Finanças

A 1 de Julho, dirigentes e delegados sindicais do STML e do STAL concentraram-se junto do Ministério das Finanças, reivindicando respostas aos problemas dos trabalhadores das autarquias. A iniciativa promovida pelo STAL com activistas sindicais de todo o país, incluindo das ilhas, contando com uma delegação do STML como referido, teve como objectivo entregar ao Governo, por intermédio do Ministro das Finanças, uma "carta aberta" onde constam os inúmeros problemas que afectam os trabalhadores das autarquias (câmaras e juntas de freguesia), incluindo a realidade do sector empresarial local.

Em síntese, reivindicam-se respostas concretas aos problemas que afectam os trabalhadores da Administração Pública – e em especial, os da Administração Local e Regional –, que têm vindo a empobrecer por os salários não acompanharem o aumento acentuado do preço dos bens alimentares, da energia e dos combustíveis. Regista-se, em média, uma redução do seu poder de compra de **15,4%**, desde 2009, último ano em que se verificou o aumento generalizado dos salários deste sector. São 13 anos



Protesto junto do Ministério das Finanças



Manifestação Nacional de 7 de Julho

ontinuum!

consecutivos a perder poder de compra, o que é inaceitável. A organização da luta que a todos diz respeito é passo fundamental face ao aumento acentuado do preço dos bens alimentares, do combustível e da energia (cuja variação homóloga do índice relativo aos produtos energéticos irá situar-se, em Junho, nos 31,7%, a mais alta desde Agosto de 1984) e à subida drástica da taxa da inflação (que, também segundo a estimativa rápida do INE para Junho, irá atingir os 8,7%, a maior desde Dezembro de 1992).

Esta subida do custo de vida contrasta, completamente, com a actualização salarial na Administração Pública – de uns míseros 0,9% –, imposta pelo Governo PS no Orçamento do Estado/2022, o qual, mais uma vez, não dá resposta aos problemas que afectam, há muitos anos e de forma grave, os trabalhadores da Administração Local e Regional e do sector empresarial, persistindo e aprofundando deste modo o Governo de António Costa, as injustiças e as desigualdades. Daí se ter afirmado neste 1 de Julho, com enorme determinação e bem audível, **que a luta continua!**

Manifestação Nacional de 7 de Julho

Dando continuação a um mês intenso de lutas que se realizaram por este país fora, que por sua vez revelaram múltiplas expressões – concentrações, greves, totais ou parciais, abaixo-assinados, marchas, plenários à porta do local de trabalho, etc. – teve lugar em Lisboa a 7 de Julho uma poderosa manifestação de trabalhadores oriundos dos mais diversos sectores de actividade, desde o público ao privado, convocada pela CGTP-IN.

Para a realidade muito própria dos trabalhadores da administração pública, do município de Lisboa em particular, o STML colocou um pré-aviso de greve das 12h00 às 21h00 de forma a permitir a participação de todos aqueles que conscientemente souberam o que era preciso fazer para obter respostas aos seus problemas.

Do Marquês de Pombal à Assembleia da República foram milhares os que gritaram bem alto “o custo de vida aumenta, o povo não aguenta”, dando força à principal reivindicação que hoje se coloca: **o aumento geral dos salários!**

Relembramos que entre Janeiro de 2021 e Janeiro de 2022, os trabalhadores da administração pública viram o seu poder de compra diminuir, em média 6,5% (?!). Por carreiras, verificam-se reduções na ordem dos:

6,8% para **Assistente operacional**

7,8% para **Assistente técnico**

7,6% para **Técnico superior**

Se até Janeiro deste ano, a realidade já era *per se* bastante negativa, chegados ao fim do primeiro semestre, as dificuldades aumentaram logicamente, justificadas pelo deflagrar da guerra a leste da Europa. Recuando ainda mais no tempo, os trabalhadores da administração pública perdem poder de compra há mais de uma década, sem qualquer arrependimento, quer por parte dos governos PSD/CDS, quer pelos últimos governos PS. Muito pelo contrário, foram sempre muito ágeis em não conceder respostas aos problemas sentidos pelos trabalhadores.

Quando se ignoram os trabalhadores do sector público, negam-se importantes direitos às populações de norte a sul do país, como o Direito a serviços públicos de qualidade!

Neste 7 de Julho, também se lutou pela revogação do SIADAP, pela revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU), pela identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido ou pela reposição do valor do trabalho suplementar. Não se baixaram os braços na exigência pelo aumento do subsídio de almoço ou pela revisão das regras para a aposentação, além da diminuição do valor descontado para a ADSE (1,5% sobre 12 meses), entre muitas outras reivindicações que até agora o Governo tem optado por ignorar.

A luta irá seguramente continuar, até porque é essencial obrigar o Governo a sair da ‘bolha arrogante e presunçosa’ em que se colocou. É fundamental responder às preocupações, dificuldades e reivindicações dos trabalhadores, como facilmente se observou neste grande dia de luta nacional.



MANIFESTAÇÃO PELA PAZ!

A 25 de Junho a Avenida da Liberdade até aos Restauradores encheu-se de milhares de pessoas que gritaram bem alto: **PAZ SIM! guerra NÃO!** O STML também esteve presente, não deixando por mãos alheias o que também é sua responsabilidade. Só alcançando a Paz, se criam condições para responder aos problemas e reivindicações dos trabalhadores!

Relembramos que em conjunto com inúmeras organizações, a CGTP-IN, e em particular o STML, subscreveram o apelo, proposto por 15 personalidades, com o título **“Paz Sim! Guerra e corrida aos armamentos não”** que motivou a referida manifestação a 25 de Junho em Lisboa, mas também a 29 do mesmo mês no Porto.

Face à situação actual, em que se assiste ao agravar de vários conflitos por todo o mundo, é urgente reafirmarmos a exigência do respeito pelos princípios do Direito Internacional, inscritos na Carta das Nações Unidas. Também o respeito pelos princípios constantes na acta final da Conferência de Helsínquia.

Só estes princípios garantem a paz, a segurança, a cooperação entre os povos e a justiça. Não é com a inclusão de mais despesa em armamentos ou com o aumento de contribuições para a NATO, nos orçamentos de cada país, que se atingirá a paz.

Pelo contrário, esta escalada da guerra e da corrida aos armamentos, poderá ter consequências imprevisíveis na vida de todos sendo que um dos resultados imediatos é o brutal aumento do custo de vida a que temos vindo a assistir e que tantos constrangimentos está já a provocar na vida de milhares de trabalhadores.

Tudo aumenta à conta da guerra: as despesas com saúde e educação, o preço dos bens essenciais, das rendas, da electricidade, do gás, dos combustíveis. Tudo aumenta, menos o salário dos trabalhadores portugueses!

A luta pela paz incorpora-se na luta geral dos trabalhadores e na sua reivindicação histórica que afirma só existir paz duradoura quando existirem respostas aos seus problemas, daí a exigência maior do tempo que vivemos: **PAZ SIM! guerra NÃO!**